



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

## COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO CLIPPING – JORNAIS IMPRESSOS

Correio de Sergipe • Aracaju • Quarta-feira 30 de janeiro de 2019

**A6** URBANO

**f** FanPage = JornalCorreiodeSergipe

### Sistema prisional

# MP de SE quer alocação adequada para transexuais

■ DE ACORDO COM O DESIPE, AINDA NÃO É POSSÍVEL ESTABELECEPRAZO PARA A FINALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA LGBT

**O** Ministério Público Estadual (MPE) recebeu graves relatos sobre a violência sofrida por detentas trans nos presídios de Sergipe”, destacou o promotor de Justiça e presidente da Comissão de Promoção dos Direitos LGBTs do MPE, Francisco Ferreira de Lima Júnior.

O MPE, por meio da Comissão de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, sob a coordenação do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAOpDH), realizou reunião ontem (29) com representantes de órgãos públicos, de instituições e de movimentos sociais para discutir a alocação adequada de detentas trans no sistema prisional sergipano.

Conforme o representante do Departamento do Sistema Penitenciário (Desipe), foram realizadas reuniões a fim de discutir o assunto e algumas diretrizes foram estabelecidas para solucionar tais problemáticas. O Departamento entregou ao MPE o documento com o teor das reuniões e destacou a necessidade de que

seja feito um levantamento entre a população carcerária do Estado de Sergipe e a verificação da possibilidade da transferência ou separação destas detentas, a fim de garantir a segurança e a integridade física e emocional delas.

De acordo com o Desipe, ainda não é possível estabelecer prazo para a finalização do levantamento da população carcerária LGBT, pois não há no quadro do Departamento profissionais na área de saúde e assistência social suficientes para promover o estudo social adequado.

#### • Medidas

“Enquanto o levantamento não for realizado, é imprescindível que sejam adotadas medidas paliativas, tendo em vista que a integridade dessas mulheres trans, que ainda não efetuaram a retificação de registro, está sendo colocada em risco, na medida em que permanecem inseridas em estabelecimentos prisionais direcionados a presos do sexo masculino”, frisou o promotor de Justiça.

Os movimentos sociais, presentes na reunião, colocaram-se à disposição para auxiliar os órgãos públicos na identificação de casos que mereçam atenção, para que sejam ado-



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DEU PRAZO DE  
DEZ DIAS PARA QUE  
SEJAM ENCAMINHADAS  
INFORMAÇÕES  
QUANTO À EFETIVA  
SEPARAÇÃO**

tadas as medidas cabíveis. Solicitaram que as detentas que já retificaram o registro civil com o nome social sejam encaminhadas imediatamente para o Presídio Feminino (Prefem). Destacaram, ainda, que o ideal seria que a transexualidade fosse identificada no momento da audiência de custódia, o que preveniria eventuais inconvenientes, tais como a raspagem do cabelo.

#### • Prazo

O MPE deu prazo de dez dias para que sejam encaminhadas informações quanto à efetiva separação de duas detentas já identificadas, bem como quanto à transferência definitiva delas ao Prefem. “No mesmo dia da reunião no MP, recebemos a notícia de que elas já tinham sido colocadas em celas separadas”, desta-

cou Francisco Ferreira.

Quanto aos demais casos, ainda não identificados, ficou estabelecido que será efetuado contato direto entre os movimentos sociais e os representantes dos órgãos competentes, para que seja realizado o estudo social pertinente, além da alocação adequada, da forma mais breve possível. O MP oficiou a Corregedoria de Justiça do TJ/SE para solicitar informações quanto à possibilidade de inclusão no questionário realizado durante as audiências de custódia sobre orientação sexual e identidade de gênero, de modo a prevenir eventuais inconvenientes, tais como a raspagem do cabelo das mulheres trans e possibilitar a destinação dos detentos e detentas ao presídio adequado.

Oficiou também a Secretaria de Estado da Inclusão, da Assistência Social e do Trabalho (Seit) para que informe sobre a possibilidade de pactuação quanto aos municípios em que se encontrem sediados presídios estaduais, com vistas a disponibilizar profissionais capacitados para efetuar estudo social, no sentido de identificar demandas da população carcerária LGBT no estado.